

RESOLUÇÃO Conselho Consultivo ESEC Taim nº 01/2014

**O Conselho Consultivo, vinculado à
Estação Ecológica do Taim, criado
nos termos do artigo 29 da LF
9.985, de 18.07.00 através da
Portaria 020 de 17 de Abril de
2003, de caráter consultivo e
responsável pelo acompanhamento
da política de gerenciamento
daquela Unidade de Conservação,
resolve aprovar o seguinte.**

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim – ESEC Taim, organizado na forma do presente Regimento Interno, tem por finalidade apoiar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio na implementação, conservação e desenvolvimento da ESEC Taim, notadamente nos seguintes aspectos:

I. Geração de conhecimentos sistematizados que fundamentem o adequado manejo do ecossistema da ESEC do Taim e componham um acervo técnico-científico crescente para o melhor entendimento dos ambientes costeiros e límnicos do Rio Grande do Sul;

II. Definição de normas e procedimentos para o manejo adequado dos recursos naturais da ESEC do Taim, de sua área de entorno e zona de amortecimento;

III. Apoio, direto ou indireto, para a implementação de ações efetivas quando convenientes ou necessárias à preservação do ambiente;

IV. Maior integração interinstitucional das entidades participantes do Conselho Consultivo e destas com o ICMBio e outras instituições, de forma a ampliar o apoio institucional no sentido de estabelecer condições político-administrativas favoráveis à manutenção da ESEC do Taim; e

V. Proporcionar a inserção da Estação Ecológica do Taim no desenvolvimento Sócio-econômico sustentável da Região.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA

Art. 2º A estrutura do Conselho Consultivo da ESEC Taim será:

- I. Presidência;
- II. Plenária; e
- III. Grupos de Trabalho.

CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Consultivo da ESEC do Taim será constituído pelos membros que constarem em portaria expedida pelo ICMBio para esse fim.

§ 1º Na composição do Conselho Consultivo da ESEC do Taim assegurar-se-á preferencialmente a paridade de representação entre os órgãos e entidades governamentais e as entidades representativas da sociedade civil organizada.

SEÇÃO II DA FORMA DE PROVIMENTO E DO MANDATO

Art. 4º Cada entidade, indicará um conselheiro titular e um suplente para representá-la.

Art. 5º A recondução ou indicação deverá ser realizada formalmente pela entidade.

Art. 6º Os membros do Conselho Consultivo exercerão suas funções sem direito à remuneração, sendo suas participações consideradas de relevante interesse público, conforme o inciso V, do art. 17, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO, INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 7º Importa na perda da vaga da entidade no mandato:

- I. Ausência de três reuniões ordinárias consecutivas;
- II. Ausência não justificada em duas reuniões ordinárias consecutivas.

§ 1º Verificada a hipótese do *caput*, a instituição será comunicada da exclusão, podendo solicitar nova inclusão após 01 ano, a ser avaliada pela plenária.

§ 2º As justificativas de ausência deverão ser encaminhadas por escrito ou meio eletrônico à Presidência até quinze dias posteriores à reunião objeto da justificativa.

Art. 8º A entidade interessada em participar como membro do Conselho Consultivo, deverá se manifestar por escrito à presidência do Conselho.

§ 1º As entidades interessadas deverão apresentar documento de criação e que nomeia a Diretoria atual, ofício de interesse contendo justificativas claras do seu envolvimento direto com a ESEC do Taim, e a indicação de titular e suplente, junto com o estatuto da instituição.

Art. 9º A inclusão de novas entidades se dará em reunião ordinária, devendo ser observado:

I. O aceite do Conselho Consultivo, manifestado com aprovação de no mínimo 75% dos presentes;

II. A manutenção preferencial da paridade entre membros governamentais e não-governamentais, e o equilíbrio entre os setores representados.

CAPITULO IV DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I DA PRESIDÊNCIA e Vice-Presidência

Art. 10º A Presidência do Conselho será exercida pelo Conselheiro responsável pela ESEC do Taim.

Art. 11º São atribuições do Presidente:

- I. dar posse e exercício aos Conselheiros;
- II. convocar e presidir as reuniões;
- III. aprovar a pauta das reuniões;
- IV. encaminhar a votação de matéria submetida ao Conselho;
- V. assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VI. assinar as Resoluções do Conselho;
- VII. conceder, negar e cassar a palavra, ou delimitar a duração das intervenções, desde que feito de modo justificado;
- VIII. convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias do Conselho, sem direito a voto;

- IX. aplicar as normas deste Regimento;
- X. tomar as providências necessárias ao funcionamento do Conselho e determinar a execução de suas deliberações;
- XI. representar o Conselho e manifestar-se em seu nome.

Art. 12º O Presidente do Conselho contará com o apoio da infraestrutura administrativa da ESEC do Taim para o cumprimento das suas atribuições.

Art. 13º A Vice Presidência do Conselho Consultivo será composta por um servidor do ICMBio.

Art. 14º São atribuições da VICE PRESIDÊNCIA, substituir a presidência nas suas atribuições, na ausência da mesma, com o apoio direto da estrutura administrativa e técnica da ESEC do Taim.

SEÇÃO II DA PLENÁRIA

Art. 15º A Plenária será constituído conforme disposto na Seção I deste Regimento e seus membros terão as seguintes atribuições:

- I. comparecer às reuniões;
- II. debater e votar todas as matérias submetidas ao Conselho;
- III. requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV. requerer vistas de documentos;
- V. solicitar ao Presidente a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;
- VI. propor a inclusão de matéria na ordem do dia, inclusive para reunião subsequente, bem como, justificadamente, a discussão prioritária de assuntos dela constantes;
- VII. apresentar as questões ambientais de suas respectivas áreas de atuação, especialmente aquelas que exigem a atuação integrada ou que se mostrem controvertidas;
- VIII. desenvolver, em suas respectivas áreas de atuação, todos os esforços no sentido de implementar as medidas assumidas pela ESEC Taim;
- IX. propor a criação de Grupo de Trabalho, provisório ou permanente;
- X. requerer votação nominal e voto aberto;
- XI. requerer à Presidência que faça constar em Ata seu ponto de vista discordante, declaração de voto ou outra observação que considerar pertinente;
- XII. propor o convite de pessoas de notório conhecimento, personalidades e especialistas, em função de matérias constante na pauta para trazer subsídios aos assuntos de competência da ESEC do Taim, para prestar esclarecimentos sobre ações, proposições e decisões das entidades que representam.

SEÇÃO III DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 16º Os Grupos de Trabalho serão instituídos pela Plenária do Conselho Consultivo da ESEC do Taim, devendo, para tanto, estabelecer na deliberação correspondente, o objetivo, os integrantes, o prazo de duração e o produto final a ser alcançado.

Art. 17º Os Grupos de Trabalho são órgãos encarregados de examinar, elaborar, dar parecer e relatar a Plenária assuntos de suas competências.

Parágrafo único. As reuniões dos Grupos de Trabalho serão convocadas pela presidência do conselho.

Art. 18º Os Grupos de Trabalho serão provisórios ou permanentes, de acordo com a decisão da Plenária no ato de sua criação, para exercer uma ou algumas das competências previstas neste Regimento.

§ 1º O número de membros dos Grupos de Trabalho será fixado pela Plenária;

§ 2º Os Grupos de Trabalho terão seus prazos de duração fixados pela Plenária, podendo ser prorrogado;

§ 3º Os Grupos de Trabalho serão compostos por representantes indicados pelas entidades-membro do Conselho Consultivo da ESEC do Taim;

§ 4º Os relatórios, pareceres e propostas decorrentes dos trabalhos dos Grupos de Trabalho serão apresentados em reunião do Conselho Consultivo pelo respectivo relator para apreciação e decisão da Plenária.

Art. 19º Caberá aos Grupos de Trabalho em razão da matéria de sua competência, entre outras:

- I. dar parecer sobre as proposições e demais assuntos a elas distribuídos;
- II. promover estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência específica;
- III. acompanhar as atividades dos órgãos públicos e de particulares relacionados com a matéria de sua especialização;
- IV. elaborar e apresentar ao Plenário proposições ligadas a sua área de atuação;
- V. convidar pessoas interessadas no assunto em objeto.

Art. 20° Para abordagem e desenvolvimento de temas de maior abrangência e de duração, tais como a implantação de um programa de pesquisa, implantação de um programa de Educação Ambiental, definição de normas e procedimentos para o manejo da ESEC Taim, de sua área de entorno e zona de amortecimento, o Conselho poderá criar Comitês específicos, os quais se organizarão segundo regimentos próprios e que, informarão o Conselho sobre os avanços obtidos, submetendo à homologação deste, as recomendações e definições alcançadas.

CAPITULO V DAS REUNIÕES

Art. 21° O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, ou pela maioria de seus membros, mediante comunicação escrita feita a todos os seus membros, com a indicação do motivo, local, data e hora, com antecedência mínima de quinze dias úteis para reuniões ordinárias e quarenta e oito horas para as extraordinárias.

§ 1° A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias e respectivas cópias dos documentos, bem como cópia da Ata da reunião anterior, serão enviados aos Conselheiros junto com a convocação;

§ 2° O *quorum* mínimo para decisões será superior a 50% do número total de Conselheiros;

§ 3° A contagem dos membros necessários à formação de *quorum* para decisão far-se-á após as comunicações;

§ 4° Constatada a inexistência de *quorum* regimental, após trinta minutos será procedida segunda chamada, sendo que após novos trinta minutos será realizada terceira e definitiva chamada.

Art. 22° O Conselho Consultivo reunir-se-á preferencialmente na sede administrativa da ESEC do Taim, podendo reunir-se em qualquer outra localidade, por razões ou circunstâncias especiais devidamente justificáveis.

Art. 23° As reuniões serão públicas e as manifestações de não-membros do Conselho obedecerão à inscrição preliminar na Presidência e apreciação pela Plenária.

Art. 24° Assinada a Lista de Presença, o Presidente declarará aberta a reunião que desenvolver-se-á, salvo deliberação em contrário, na seguinte ordem:

- I. verificação de *quorum*;

- II. leitura da Ata da reunião anterior;
- III. votação da Ata da reunião anterior;
- IV. leitura e decisão sobre a ordem do dia;
- V. discussão e votação das matérias em pauta, constantes na Ordem do Dia ou propostas na etapa prevista no item V;
- VI. encerramento.

§ 1º Não havendo *quorum* no momento da terceira verificação, lavrar-se-á Ata declaratória, que incluirá as comunicações feitas pela Presidência ou pelos membros do Conselho Consultivo.

§ 3º A Plenária poderá dispensar a leitura da Ata.

Art. 25º É permitido ao suplente comparecer às reuniões e participar dos debates, sem direito a voto quando o titular estiver presente.

Art. 26º Esgotada a discussão e votação das matérias em pauta do Dia, o Presidente concederá a palavra aos Conselheiros que a solicitarem, para assuntos de interesse geral.

CAPITULO VI DA ORDEM DO DIA

Art. 27º A Ordem do Dia constará da discussão e votação da matéria em pauta, remetida previamente aos Conselheiros, bem como aos suplentes convocados.

§ 1º O Presidente, por solicitação de qualquer Conselheiro, e com aprovação da Plenária, poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

§ 2º A discussão e votação de matéria de caráter urgente e relevante, não incluída na Ordem do Dia, dependerá de deliberação de 2/3 do Plenário.

§ 3º Caberá ao Presidente relatar as matérias que deverão ser submetidas à discussão e votação.

§ 4º A discussão ou votação de matéria da Ordem do Dia poderá ser adiada por decisão da Plenária, cabendo a este fixar o prazo de adiamento.

§ 5º Os assuntos incluídos na Ordem do Dia que, por qualquer motivo não forem discutidos ou votados, deverão ser obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia da reunião imediatamente posterior.

Art. 28º O Presidente colherá os votos a partir do apoio da administração da ESEC do Taim.

§ 1º A votação será a descoberto.

Art. 29º Os Conselheiros usarão da palavra mediante inscrição junto ao Presidente para prestar ou solicitar informações.

CAPITULO VII DAS DECISÕES

Art. 30º As matérias a serem submetidas à apreciação da Plenária poderão ser apresentadas pelo Presidente ou por qualquer Conselheiro e constituir-se-ão de:

I. Propostas de MOÇÕES – quando expressarem manifestações de qualquer natureza, relacionadas direta ou indiretamente com a ESEC Taim;

II. Propostas de RECOMENDAÇÕES – quando expressarem a recomendação, por parte da plenária, de que entidade pública ou privada adote medidas de interesse público relacionadas, direta ou indiretamente, à ESEC Taim

Art. 31º As decisões do Conselho Consultivo deverão ser preferencialmente consensuais, cabendo ao Presidente, quando considerar a ocorrência de contencioso incompatível com a finalidade para a qual o Conselho foi criado, retirar o assunto da pauta da reunião, voltando a apresentá-lo quando configurado um melhor entendimento sobre o mesmo.

Art. 32º As decisões do Conselho Consultivo quando não consensuais, serão alcançadas por, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos votos favoráveis dos Conselheiros presentes.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33º O presente Regimento poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante proposta encaminhada ao Presidente por, no mínimo, 75% dos membros presentes.

Art. 34º Os casos omissos e as dúvidas de caráter interpretativo serão resolvidos pela Plenária.

Art. 35º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio Grande, em 15 de Julho de 2014

Presidente do Conselho Consultivo